

# ENSAIO SOBRE A GEOPOLÍTICA DO GOLPE POLÍTICO-INSTITUCIONAL BRASILEIRO DE 2016

*ESSAY ON THE GEOPOLITICS OF THE  
BRAZILIAN POLITICAL-INSTITUTIONAL  
COUP D'ÉTAT OF 2016*

*ENSAYO SOBRE LA GEOPOLÍTICA DEL  
GOLPE POLÍTICO-INSTITUCIONAL  
BRASILEÑO DE 2016*

**CARLOS EDUARDO NOBRE**

Departamento de História e Geografia –  
Universidade Estadual do Maranhão  
(UEMA), São Luís/MA.  
E-mail: cdnobre19@gmail.com

**Resumo:** Propomos uma reflexão acerca do Golpe Político-Institucional de 2016, buscando interpretá-lo a partir de elementos históricos que conformam a sociedade e o território brasileiros. Argumentamos que o Golpe se deu em decorrência da disputa de dois projetos de países: um inclusivo e outro exclusivo. Com isso, procuramos articular os fatores internos ligados à formação socioespacial brasileira e os fatores externos ligados à Geopolítica que, combinados, deram corpo e substância ao Golpe. Lançamos a hipótese de que o Golpe de 2016 buscou, por um lado, sustar o projeto inclusivo de País que vinha configurando-se desde 2003 e, por outro lado, manter o papel subalterno do Brasil e de outros países – que aprendemos a categorizar fenomenologicamente como subdesenvolvidos – frente à divisão internacional do trabalho e do poder.

**Palavras-chave:** geopolítica, golpe de Estado, Brasil.

**Abstract:** It is proposed to reflect on the Political-Institutional *Coup d'Etat* of 2016. We seek to interpret it based on historical elements that make up Brazilian society and territory. Then, we argue that the *Coup d'Etat* occurred due to the dispute of two national projects: one inclusive and other exclusive. We sought to articulate the internal factors linked to the Brazilian socio-spatial formation and the external factors linked to the Geopolitics that, combined, gave body and substance to the *Coup d'Etat*. We hypothesized that the 2016 *Coup d'Etat* sought, on the one hand, to halt the inclusive project that had been taking shape since 2003 and, on the other hand, to maintain the subordinate role of Brazil and other countries - that we learned to categorize as underdeveloped countries - in the face of the international division of labour and power.

**Keywords:** geopolitics, coup d'État, Brazil.

**Resumen:** Proponemos una reflexión sobre el Golpe Político-Institucional de 2016, buscando interpretarlo a lo largo de los elementos históricos que conforman la sociedad y el territorio brasileños. Argumentamos que el Golpe ocurrió como consecuencia de la disputa de dos proyectos nacionales: un inclusivo y otro exclusivo. Buscamos articular los factores internos ligados a la formación socioespacial brasileña y los factores externos ligados a la Geopolítica que, combinados, dieron cuerpo y sustancia al Golpe. Presentamos la hipótesis de que el Golpe de 2016 buscó, por un lado, sostener el proyecto inclusivo de País que venía configurándose desde 2003 y, por otro lado, mantener el papel subalterno de Brasil y de otros países – que aprendemos a categorizar fenomenológicamente como subdesarrollados – frente a la división internacional del trabajo y del poder.

**Palabras clave:** geopolítica, golpe de Estado, Brasil.

## Introdução

Um momento crucial da crise político-institucional brasileira culminou no impedimento da Presidente da República Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores, PT). Naquele momento, a produção massiva de análises e interpretações realizadas pelos cientistas atuantes nos campos do conhecimento técnico, jurídico e

político apontava para a manobra perpetrada por determinados grupos políticos e econômicos que pretendiam desestabilizar o governo e abrir caminho para o impedimento que se caracterizou, à época, como golpe, mediante à falta de substância das acusações que justificasse o *impeachment* e pelos mecanismos jurídicos, políticos e institucionais acionados ao arrepio das leis nacionais vigentes.

Se o Golpe se concretizou foi porque questões políticas, econômicas, culturais e sociais de fundo ofereceram as condições. Essas questões podem ser apreendidas, dentre os vários campos do conhecimento, a partir do campo da geopolítica, isto é, daquelas relações que se estabelecem – do ponto de vista interno, ao território nacional – entre a Sociedade, o Estado e o Mercado, bem como – do ponto de vista externo, a esse mesmo território – entre os Estados (relações interestatais) e as grandes corporações transnacionais.

Nesse sentido, propomos refletir sobre a atual crise a partir do que denominaremos de Geopolítica do Golpe, partindo do pressuposto de que esse processo pelo qual o País atravessa deriva de uma crise planetária e que, ao se realizar no território brasileiro, encontra determinadas condições preexistentes – ligadas à formação socioespacial do Brasil – que acaba por configurar e preencher de significados o golpe ainda em curso.

Para fins analíticos, propomos distinguir, do ponto de vista geográfico, levando-se em conta o território nacional, os fatores internos e externos que dão forma-conteúdo aos processos em andamento e que apontam para consequências possíveis e previsíveis no futuro próximo.

A distinção entre fatores internos e externos se dá apenas para fins analíticos, pois do ponto de vista da realidade concreta, tanto os fatores internos como os fatores externos se conjugam.

Apresentam-se em movimento dialético, configurando e atribuindo forma e conteúdo à chamada crise política brasileira.

Não haveria uma ordem de primazia de uns ou de outros fatores na conformação da crise, mas uma combinação de todos eles, ou seja, a atuação tanto de forças externas advindas dos impulsos globais (RIBEIRO, 2013a) que conformam o período presente, como forças internas advindas de nossa formação socioespacial (SANTOS, 1979), sendo ambas as forças produtoras de uma dada ordem social e espacial que culmina na crise política atual.

### **Os antecedentes históricos: uma breve incursão no tempo**

Desde o Estado Novo, Getulista, dois projetos de Brasil se confrontam: um projeto inclusivo e outro exclusivo (SOUZA, 2015). O projeto inclusivo tem a ver com a repartição da riqueza produzida e com a integração social aos sistemas que organizam a vida em sociedade e que confere aos sujeitos o atributo da cidadania. Já o projeto exclusivo – oposto ao inclusivo – tem a ver com a manutenção dos privilégios por meio da reprodução sistemática do acesso aos capitais econômico, cultural e social; em resumo, tem a ver com um projeto que reproduz a chamada exclusão social.

O projeto exclusivo tem imperado desde tempos remotos no País, atravessando os diversos regimes políticos; entretanto, em 2003, esse projeto sofreu uma inflexão quando o Partido dos Trabalhadores (PT), representado pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi eleito para o comando central do Brasil.

Apesar de vários erros e equívocos estratégicos por parte do Governo Federal, o período que se estende entre 2003 e 2016 marcou uma inflexão política no País. Mediante escolhas políticas no campo

econômico e por meio de políticas públicas, gradativamente a população pobre – historicamente alijada do acesso a determinados bens de consumo tanto coletivos como individuais e, também, do acesso a determinados serviços já amplamente consolidados para uma ampla classe média – vislumbrou, pela primeira vez, o acesso a bens materiais e imateriais fundamentais à vida digna.

É preciso considerar que a reprodução da exclusão social no Brasil deriva, dentre outras coisas, da estrutura econômica escravocrata originária de nossa formação socioespacial. A escravidão foi uma instituição total que dominou todos os âmbitos da vida social (SOUZA, 2015, 2016a).

A integração social brasileira foi realizada, primeiramente, pela instituição escravocrata, a despeito das compartimentações políticas regionais e da falta mesmo de uma integração física do território, conformando aquilo que Santos e Silveira (2012 [2001]) denominaram de arquipélagos. Cada região do País era pouco integrada internamente, mas todas eram articuladas com o exterior.

O que articulou o território brasileiro – apesar de sua fragmentação técnica e política – foi o sistema econômico pautado no trabalho escravo. O território era mais integrado por determinados “valores morais” que norteavam o sistema econômico do que por uma rede de infraestrutura que conectasse as diversas porções do território.

Antes da tecnoesfera, foi a psicoesfera que vertebrou a sociedade brasileira em torno do sistema econômico que se utilizou do trabalho escravo. Forjaram-se, assim, articulações entre cultura e economia, uma fundamentada na outra. Não houve região onde imperou um dado tipo de produção voltada à exportação que não fosse assentada na instituição da escravatura.

Essa instituição – mesmo com a abolição da escravidão – acabou por moldar todas as demais instituições do País e, mesmo quando o Brasil caminha para a modernização e integração territoriais, esbarra na distinção social secularmente marcada entre ricos e pobres, entre trabalhadores liberais e trabalhadores braçais, esses últimos, lançados à própria sorte desde o final do século XIX, atravessando o século XX e adentrando o século XXI.

A formação socioespacial brasileira é marcada pela violência pautada na exploração e espoliação daqueles que pertencem à chamada ralé, para utilizar o termo cunhado pelo sociólogo Jesé Souza (2016b). A ralé foi “convidada a construir” o Brasil, a integrar o território para atender às demandas econômicas internas e externas, mas foi expulsa da repartição das benesses. A ralé, aliás, é um produto da formação política, econômica e social do Brasil.

A industrialização brasileira, iniciada no período denominado pelos historiadores de Estado Novo, consistiu em uma oportunidade para que, além de uma integração física do território, pudesse haver, graças aos excedentes produzidos, uma integração social, do ponto de vista da distribuição da renda e do acesso ao capital cultural, fundamental à superação do subdesenvolvimento.

Entretanto, todas as vezes que o Governo Central ensaiou executar um projeto inclusivo, acabou sofrendo um rompimento político do regime. O exemplo a que nos remetemos é o do Golpe de 1964 que, dentre inúmeras razões, foi efetivado para impedir as reformas sociais e de base propostas pelo então Presidente João Goulart<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Para compreensão da destituição do Presidente João Goulart pelos militares apoiados por determinados setores econômicos e conservadores da sociedade brasileira e de agentes de Estado estadunidenses, sugerimos o filme-documentário “Jango”, de Silvio Tendler.

O que gostaríamos de destacar, como o que poderíamos definir como condições objetivas para a efetivação tanto do Golpe de 1964 como do Golpe de 2016, é o fato de que estes não seriam possíveis se não houvesse, internamente, uma elite econômica avessa aos direitos sociais, à distribuição de renda; em resumo, uma elite econômica herdeira dos princípios e valores que justificaram a escravidão; e, externamente, uma atuação de agentes públicos e privados, vinculados ou não às instituições de Estado, no sentido de manter nosso território nacional subserviente aos interesses estrangeiros, isto é, aos interesses geopolíticos, sobretudo, dos EUA.

Nesse aspecto, propomos, para fins analíticos, distinguir entre os fatores internos e os fatores externos que corroboraram para o Golpe de 2016 e, em seguida, articulá-los a fim de compreendermos o Golpe ainda em curso que, defendemos, significou um rompimento com um projeto inclusivo de país.

Partimos da hipótese de que haveria uma aliança entre uma elite econômica nacional e uma elite política e econômica internacional. Essa aliança seria forjada para, do ponto de vista dos interesses da elite econômica nacional, manter o projeto exclusivo de país e, do ponto de vista dos interesses geopolíticos de agentes externos, manter o papel subalterno do Brasil frente à divisão internacional do trabalho, sobretudo, a partir do exercício do poder dos EUA sobre a principal liderança econômica latino-americana.

A dominação dos EUA sobre a América Latina só é possível mediante o aval da elite econômica brasileira que – diferentemente da elite econômica de países do centro do sistema capitalista – não possui projeto de nação. Ao contrário, a elite econômica nacional parece ter desprezo ao País enquanto nação de todos os brasileiros ao

tempo em que ignoram as demandas sociais da maioria dos trabalhadores (SOUZA, 2016b).

### **A suspensão de um projeto inclusivo**

Sem perder a perspectiva crítica aos governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e da Presidente Dilma Rousseff, é preciso reconhecer os avanços empreendidos por esses governos e que foram necessários para dar início e continuidade a um projeto inclusivo de país como, por exemplo, a inclusão dos pobres ao orçamento público – como se referiu várias vezes o Presidente Lula – garantindo o acesso destes aos sistemas públicos de saúde, de educação, de seguridade social, aos sistemas produtivos e, mesmo, ao sistema financeiro, por meio da oferta de créditos livres e direcionados ao consumo e à produção.

Obviamente, não podemos desconsiderar as análises críticas referentes ao processo de integração dos pobres ao sistema financeiro, já que tratar-se-ia de um processo de integração dos pobres às demandas do capital, em que o endividamento das famílias – fenômeno essencial à reprodução do dinheiro em estado puro (SANTOS, 2010) – é uma das expressões cruéis dessa integração.

Entretanto, não é possível ignorar os avanços e conquistas sociais das duas últimas décadas os quais permitiram, pela primeira vez, que muitas famílias pobres tivessem acesso ao ensino superior, à casa própria, ao automóvel, aos bens domésticos, aos bens de consumo coletivo e, mais importante, pudessem ter acesso ao alimento.

Do ponto de vista da justiça social, embora ela ainda estivesse distante, houve avanços importantes para os aliados historicamente do acesso aos bens materiais e imateriais banais.

Se até o ano de 2002 prevaleceu o projeto exclusivo de país, a partir de 2003 foram ensaiadas e projetadas novas possibilidades, mesmo que não amplamente realizadas e consolidadas, cabendo a questão: dentre as inúmeras razões e especulações, o Golpe de 2016 não teria tido como objetivo frustrar, mais uma vez, o projeto inclusivo de país?

São inúmeros os dados divulgados por instituições de ensino e pesquisa e outros veículos da imprensa que revelam como, desde 2016, vem ocorrendo um desmonte das conquistas sociais com fortes implicações geográficas<sup>2</sup>.

Se as políticas públicas dos governos petistas consistiram em uma tentativa de superar a exclusão social, a psicosfera que fundamenta o desprezo das elites econômicas aos mais pobres permaneceu e tal desprezo estaria por detrás do ataque não só ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas do ataque às políticas públicas empreendidas pelo respectivo Partido e, no limite, em um ataque aos pobres.

### **Alguns fatores internos para o Golpe de 2016**

Duas das novas variáveis-chave de nosso período histórico – finanças e informação (SANTOS, 2010) – devem ser consideradas na interpretação de como foi possível, após várias conquistas sociais, setores da sociedade brasileira legitimarem o Golpe Político-Institucional de 2016.

---

<sup>2</sup> Em 2018, o relatório da Oxfam Brasil revelou um panorama que demonstra que, desde 2016, o processo de redução das desigualdades estagnou, ou seja, justamente quando foi iniciada a desestabilização do Governo Dilma o qual culminou com o Golpe. Para conferir o relatório, ver Georges (2018).

O Brasil da era Lula acomodou interesses das elites industrial e financeira e da classe trabalhadora. Mas não houve preocupação – por parte do Governo Central – com a questão básica ensinada por Gramsci que diz respeito à compreensão dos valores culturais que conformam e dão sentido a uma sociedade para, então, formular outra narrativa hegemônica, isto é, a elaboração de um discurso político e pedagógico de convencimento profundo em torno de um dado projeto político de nação (RIBEIRO, 2014).

O fato de partidos progressistas não formularem uma narrativa própria – a partir de um conhecimento profundo da estrutura, formação e funcionamento da sociedade brasileira – que permitisse aos brasileiros conhecer-se, situar-se no tempo-espaço e poderem participar da elaboração de um projeto inclusivo de longo prazo, parece ter sido um erro estratégico por parte dos partidos progressistas nacionais e que nos custou muito caro.

O PT pensou no curto prazo mediante às condições e possibilidades políticas impostas pelo nosso sistema político-institucional, ou melhor, pelas condições objetivas advindas de nossa própria formação socioespacial (SANTOS, 1979). A estratégia do PT no curtíssimo prazo foi melhorar as condições materiais de vida das pessoas, sem confrontar diretamente os princípios e valores que orientam as práticas de grupos políticos e econômicos historicamente dominantes no Brasil.

Até 2013, as elites econômicas (da indústria, do comércio e serviços, do agronegócio e, principalmente, a elite financeira rentista) firmaram um pacto político com o Governo Federal. A partir daquele ano, frente a crise global das *commodities*, da crise fiscal, ou seja, do enxugamento do orçamento público, essas elites romperam o pacto político, sobretudo a elite financeira, para que pudessem

radicalizar a agenda neoliberal contrária às políticas sociais difundidas pelos governos petistas que induziram arranjos político-institucionais no âmbito dos estados e, sobretudo, dos municípios, ao tempo em que responderam pela melhoria de vida de parcela da população mais pobre.

A aliança entre as elites industrial<sup>3</sup>, do agronegócio e a elite financeira buscou, no curtíssimo prazo – sempre despojadas de um projeto inclusivo de nação –, livrar-se da Política e do Estado a fim de capturarem o orçamento público e dirigi-lo aos seus interesses de sempre (SOUZA, 2016b).

Do ponto de vista geográfico, o que as elites brasileiras não admitiram mais foi que os recursos dos orçamentos públicos na forma de subsídios e investimentos em políticas públicas fossem aplicados em lugares do território nacional que não faziam parte dos interesses estratégicos das grandes empresas.

Daí os “ataques” aos programas sociais como o Programa Bolsa Família (PBF)<sup>4</sup>, ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)<sup>5</sup>, sobretudo o escopo deste último Programa direcionado à população de mais baixa renda, dentre outros Programas federais que garantiam recursos para regiões mais pobres do País.

A contradição reside no fato de que setores econômicos privados se beneficiaram das políticas públicas do Governo Federal, já que a disponibilidade de recursos ativou inúmeros circuitos espaciais produtivos, embora os ataques ao Governo Central

---

<sup>3</sup> Não à toa as manifestações que convulsionaram o país foram comandadas pela e a partir da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na Avenida Paulista.

<sup>4</sup> Para uma análise geográfica do Programa Bolsa Família, Cf. Silva (2017).

<sup>5</sup> Para uma análise geográfica do Programa Minha Casa, Minha Vida, Cf. Nobre (2018).

tivessem sido forjados pela elite financeira que depende pouco da produção.

Mas como os setores produtivos adentraram no mundo das finanças e passaram a desprezar o mundo do trabalho, adotaram o ataque às políticas públicas. É o exemplo de grandes construtoras que se beneficiaram dos recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida e, ao final, endossaram a derrubada da Presidente Dilma. No fim e ao cabo, como nos lembra Souza (2015, 2016a), a disputa é pelos recursos públicos escassos.

Por exemplo: todo ano, conforme a Auditoria Cidadã da Dívida, quase metade dos recursos do Orçamento Geral da União é destinada para pagar juros da dívida pública da União<sup>6</sup>. O volume de recursos destinado à saúde, à educação e à previdência é muito menor do que o volume de recursos destinado ao pagamento de juros da dívida.

Esse é um dado que revela o desprezo de nossa elite pelos pobres e que tem a ver com a entronização (no sentido psicanalítico) de uma psicoesfera derivada de nossa formação socioespacial escravocrata aliada à ideologia dominante do tempo presente: menos Estado, mais mercado; menos senso coletivo e social, mais individualismo, etc.

Se os recursos públicos escasseiam, a disputa se torna mais acirrada em torno deles. Daí o congelamento por 20 anos dos gastos com saúde e educação. A ideia dos endinheirados é que os recursos públicos sejam dirigidos aos seus bolsos – como lembra Souza (2016a) – e não para a oferta de serviços públicos essenciais ou obras de infraestrutura que sejam de interesse do conjunto da sociedade.

---

<sup>6</sup> Cf.: <https://auditoriacidada.org.br/entenda-os-numeros-do-dividometro-e-do-estoque-da-divida/>. Acesso em: 13 de dez. 2018.

Se, no caso do Brasil, os setores produtivos dependem fortemente do financiamento público para as suas atividades agrícolas, industriais, de comércio e serviços, por meio dos bancos públicos de investimento, como esses setores se aliaram ao setor financeiro para dispensar o Estado? Justamente porque esses setores produtivos ao se aliarem ao setor financeiro transformaram suas atividades produtivas em atividades financeiras, podendo, por conseguinte, dispensar grande parte da massa de trabalhadores e consumidores. Aliás, esse fenômeno tem ocorrido em escala planetária. Basta observar a atuação dos fundos de investimentos interferindo nas estratégias das empresas produtivas para dispensar mão de obra e aderir a mecanismos de valorização fictícia do capital.

É preciso considerar, ainda, que a aliança entre o capital produtivo e o capital financeiro para implosão de nosso sistema político-econômico só foi possível por meio de mais uma aliança: com a mídia nacional ou com o que poderíamos chamar de um sistema nacional de desinformação e manipulação de fatos.

É preciso refletir as razões e como foi possível fazer uma significativa parcela dos brasileiros aderir a um projeto de autodestruição, sobretudo, da classe trabalhadora, dos aposentados e da própria classe média, se não por meio de um pesado e ardiloso trabalho de convencimento público fazendo com que os próprios trabalhadores e a própria classe média passassem a atacar os seus direitos e garantias sociais e passassem, também, a defender a entrega de nossos recursos às corporações multinacionais (terra, petróleo, empresas públicas etc.).

## **Os fatores externos e a Geopolítica do Golpe de 2016**

A luta de classes brasileira, por si só, não explica o Golpe. O Golpe de 2016 também não pode ser compreendido somente pelos interesses das elites brasileiras. É importante encontrar os nexos que articulam os fatores externos e internos que conformam o que aqui denominamos de Geopolítica do Golpe.

Quais as relações entre os acontecimentos recentes no mundo e no Brasil que modificaram a geopolítica planetária fazendo com que fossem acionados dispositivos que fizessem com que o Brasil acolhesse determinados eventos levando-o à crise político-institucional? E como esses eventos externos se articulam aos eventos internos levando em conta nossa formação socioespacial, isto é, nosso passado e presente históricos?

Anteriormente, afirmamos, no caso brasileiro, o relativo rompimento com o projeto exclusivo de país a partir de 2003 quando o PT assumiu o comando central do País. Mas o fenômeno de governos progressistas esteve presente em boa parte da América Latina nos anos 2000. Governos centrais progressistas não foram uma exclusividade do Brasil.

Análises de conjuntura devem considerar o que a ascensão de governos progressistas em países latino-americanos representou do ponto de vista simbólico e quais as implicações na geopolítica mundial, sobretudo, frente à hegemonia dos EUA e de outros países do centro do sistema.

A ascensão de governos progressistas em países da América Latina significou uma afronta às alianças históricas entre as elites dominantes de cada um dos países que integram a Região e às elites econômicas estrangeiras. Desse modo, significou um desafio à dominação política, econômica e cultural dos países do centro do sistema em relação ao continente latino-americano.

Assim como no passado – quando foram deflagrados Golpes Militares no Chile, Argentina e Brasil para sustar todos os processos de integração social e econômica desses países – no período recente, temos visto um novo processo de Golpes no Continente; desta vez, jurídico-parlamentares com amplo apoio das mídias nacionais.

A ascensão de governos progressistas em países da América Latina, na primeira década do século XXI, marcou um período em que se buscou uma articulação entre os países que integram, na divisão internacional do trabalho, os eixos Sul-Sul, isto é, países que não fazem parte do núcleo duro do sistema capitalista. Essas cooperações visaram, dentre outras coisas, um fortalecimento de suas economias nacionais a partir de uma cooperação em áreas estratégicas de tecnologia, ciência e informação.

Encaramos as cooperações Sul-Sul como uma forma de buscar um equilíbrio mundial contrário às distorções de poder que historicamente sujeitaram e violentaram várias nações do Sul Global. As cooperações também visavam o desenvolvimento dos mercados nacionais internos sem apelar para o protecionismo – uma real cooperação no sentido de uma ajuda mútua entre os países da periferia do Sistema Mundo (WALLERSTEIN, 2002).

Os governos progressistas da América Latina, eleitos democraticamente, possuíam em comum um entendimento do passado colonial que conformou suas sociedades e, por conseguinte, seus territórios. Ao mesmo tempo, esforçaram-se em buscar saídas para enfrentar as desigualdades e injustiças sociais produzidas pelo processo de colonização e, depois, de globalização.

Buscaram articular-se, sobretudo, politicamente, para fazer frente às novas formas de dominação impetradas pelos países do Norte, principalmente pelos Estados Unidos.

Daí a busca constante, no início do século XXI, por uma cooperação Sul-Sul, ou seja, por um projeto de integração dos países ditos subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento. Vale destacar o papel da China nesse processo de integração global por meio dos vultosos investimentos em infraestruturas em países da América Latina, Ásia e África.

É nesse contexto, portanto, que devemos buscar compreender os fatores externos que se aliam aos fatores internos na conformação do Golpe de 2016.

Quando a crise financeira foi deflagrada em 2008 nos EUA, espalhando-se para a Europa, o Brasil contou com uma estratégia desenvolvimentista que protegeu o seu mercado interno. Como liderança política e econômica continental, o Brasil efetivou cooperações mais sólidas com países da América Latina, Ásia, África e Oriente Médio.

Passou a exportar, além das *commodities*, serviços ligados à engenharia civil. O Brasil tornar-se-ia um importante *player* global, disputando com os EUA e a Europa mercados ligados ao setor de energia e infraestrutura antes dominados por aqueles blocos de países.

Mas, no caso brasileiro, o processo seria mais de cooperação do que de competição. Havia, por parte das relações exteriores brasileiras, uma intenção geopolítica de unir os países chamados em desenvolvimento em torno de um projeto de modernização conjunto para inserção desses países ao processo de globalização, não de modo subalterno, mas de forma digna.

Esse projeto não sustou a expansão do capital financeiro advindo dos países centrais para os países da periferia do sistema; no entanto, em vários países, a preocupação com os mercados

internos e a forte participação acionária dos Estados em empresas estatais nacionais significou um certo constrangimento ao total comando do capital financeiro privado nacional e internacional.

É nesse contexto que se iniciou o movimento de desestabilização de vários países em processo de desenvolvimento e que – supostamente – ameaçaria à hegemonia norte-americana, além das dificuldades impostas à livre circulação dos mercados financeiros sediados nos países centrais. Em 2011, eclodiu nos países do norte da África a denominada Primavera Árabe. Por meio de manifestações supostamente populares e espontâneas, sem uma liderança clara, setores da sociedade foram às ruas para destituição dos regimes políticos da Tunísia, Líbia, Egito e Síria.

Não demorou muito para ser revelado o apoio dos EUA a essas manifestações. Também não demorou muito para verificar, dado o histórico de intervenção dos EUA em outros países, que a verdadeira razão para estimular as manifestações não se devia ao fato de esses países serem comandados por regimes autoritários<sup>7</sup>, mas ao fato de que os regimes daqueles países que experimentaram a Primavera Árabe, bem ou mal, não se alinhavam ao governo norte-americano e se utilizavam de suas reservas de petróleo para protegerem suas economias nacionais e, também, influírem no preço do petróleo e, por conseguinte, no comércio mundial.

Os governos venezuelanos de Hugo Chaves e depois de Nicolás Maduro também sofrem há anos um boicote da elite dominante interna e de setores conservadores da sociedade venezuelana contrários às políticas econômicas que previam distribuição de renda e justiça social.

---

<sup>7</sup> Vide o exemplo da Arábia Saudita que, a despeito de ser comandada por um regime autoritário, mantém relações extremamente amistosas com os EUA graças ao alinhamento geoestratégico relacionado ao petróleo.

É nesse contexto que os países latino-americanos passaram a sofrer, desde 2009, uma nova rodada de Golpes, mais sofisticados que os do passado, isto é, que dispensou as armas e os tanques; todavia, não menos violentos e traumáticos. Baseados no tripé grande mídia, judiciário e uma oposição articulada (SERAFINI, 2016), os golpes perpetrados recentemente na América Latina tiveram início com a deposição, em 2009, do Presidente de Honduras, Manuel Zelaya; seguido da deposição do Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em 2012; e, por fim, com o impedimento da Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016. Todos esses Presidentes foram eleitos democraticamente e, de uma forma ou de outra, contrariaram os interesses estadunidenses.

Concretamente, podemos, por ora, apontar algumas razões que fizeram com que grupos estadunidenses vissem o Brasil como ameaça à sua hegemonia.

Uma primeira razão diria respeito à descoberta do Pré-Sal. O Governo Brasileiro, por meio da Petrobras, investiu no desenvolvimento da tecnologia para exploração dos depósitos de Pré-Sal, dispensando as petrolíferas estrangeiras e, em certa medida, livrando-se da dependência de parte da tecnologia dos países centrais, um dos fundamentos para efetivação da soberania nacional. Também previu a utilização dos recursos gerados pela extração do petróleo em águas profundas para investimentos nos sistemas de saúde e educação brasileiros.

Nesse processo, impulsionou, por meio de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que viria a se tornar a maior empresa nacional no ramo da construção civil, mais especificamente, na produção de macrossistemas técnicos ligados ao setor energético (de petróleo e

gás), construção de rodovias etc.: a Odebrecht. Essa empresa passou a atuar em países da América Latina e África, disputando mercados onde antes eram exclusivos das empresas estadunidenses e europeias. Em função da descoberta do Pré-Sal, o governo brasileiro, visando à segurança nacional, investiu no desenvolvimento de um submarino nuclear, o que não agradou ao governo estadunidense.

Outra razão diz respeito ao alinhamento do Brasil com a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, conformando o chamado BRICS. Não bastasse essa articulação política entre esses países, em julho de 2014, os cinco países, por meio do Bloco, criaram o seu próprio banco de desenvolvimento, na Sexta Cúpula do BRICS, realizada na cidade de Fortaleza. O plano era realizar comércio e negócios nas próprias moedas dos países, evitando o dólar norte-americano (ESCOBAR, 2016).

Não demoraria muito para o Brasil entrar em rota de colisão com os EUA. Aliás, quando a instituição do Banco de Desenvolvimento do BRICS foi anunciada, o Brasil já estava mergulhando na crise político-institucional que teve início, na realidade, com as manifestações de junho de 2013.

Naquele momento, Edward Snowden, ex-administrador de Sistemas da CIA e que já havia sido contratado pela Agência de Segurança Nacional do EUA<sup>8</sup> – a NSA – revelou as práticas de espionagem da Agência em torno da Petrobras e da Presidente Dilma<sup>9</sup>.

Quando as manifestações de junho de 2013 eclodiram em São Paulo em protesto ao aumento das tarifas do transporte público, difundindo-se para várias cidades do território brasileiro e tornando-

---

<sup>8</sup> *National Security Agency – NSA.*

<sup>9</sup> Ver filme-documentário *Citizenfour*, de 2015, dirigido por Laura Poitras.

se rapidamente um movimento difuso – as, fenômeno semelhante à chamada Primavera Árabe – não se percebeu de imediato a relação entre aquelas manifestações e as que vinham ocorrendo no mundo árabe e em outros países, inclusive na Europa.

Ainda em 2013, passadas algumas semanas das manifestações de junho, chamou atenção o caráter difuso dos protestos sem uma liderança clara e cujas pautas reivindicatórias se tornaram mais difusas ainda. Paulatinamente, as manifestações foram sendo conformadas por setores da classe média desvinculadas das lutas sociais históricas e um tipo de narrativa passou a circular: o suposto combate à corrupção, a criminalização da política e dos políticos que, rapidamente, transformou-se na criminalização de um partido só: o Partido dos Trabalhadores, a quem foi atribuída “a culpa” pelos problemas sociais brasileiros.

Estavam dadas as condições objetivas para desestabilizar o País e que foram rapidamente aproveitadas por três atores principais: as elites nacionais, as corporações estrangeiras (ligadas aos diversos ramos da economia e do mercado financeiro) e os agentes de Estado estadunidenses.

Para o sucesso da ação, ou seja, para que as políticas públicas sociais e o projeto inclusivo de País fossem suspensos e para que as corporações estrangeiras adquirissem acesso aos nossos recursos territoriais e, ao mesmo tempo, para que fosse possível aos EUA prolongar seu domínio sobre a América Latina, foi articulado um conjunto de procedimentos apoiados na técnica, na ciência e na informação. É aqui que reside a sofisticação do Golpe de 2016.

A legitimação ao Golpe por amplos setores da sociedade só foi possível porque uma base técnica foi acionada e um determinado tipo de discurso foi posto em circulação. Mas não um discurso e uma

base técnica quaisquer, se não um discurso racionalmente pensado e articulado (mesmo que irracional no sentido de apelar para os afetos e emoções pouco refletidas) e uma base técnica também cientificamente projetada como arma de guerra.

Começemos pela base técnica e em seguida trataremos do discurso posto em circulação na conformação de uma psicosfera que aliou concepções de mundo e de sociedade passadas a concepções de mundo e de sociedade projetadas.

### **A Tecnoesfera do Golpe**

O Golpe não seria possível sem duas coisas: uma tecnoesfera e uma psicosfera, ou seja, uma base técnica e um discurso de convencimento que conferisse “legitimidade”, mesmo que falsa, ao processo.

Podemos dizer que parte da tecnoesfera para perpetração do Golpe corresponde ao meio técnico-jurídico e a rede de relações institucionais utilizados para efetuar a ação. Essa rede de relações institucionais não se restringe às instituições jurídicas brasileiras. É uma rede articulada com instituições jurídicas e de vigilância estrangeiras, principalmente, estadunidenses.

O braço técnico-jurídico do Golpe é uma parte da casta jurídica brasileira. Em fevereiro de 2015, logo após a Presidente Dilma Rousseff ser reeleita e tomar posse, o Procurador Geral da República, à época, Rodrigo Janot, e um grupo de procuradores da força-tarefa responsável pela Operação Lava Jato, dentre eles, Deltan Dallagnol – um dos jovens procuradores que protagonizou

uma verdadeira perseguição política ao Presidente Lula – foram aos EUA para uma reunião com o Departamento de Justiça estadunidense e a *Securities and Exchange Commission* – um órgão regulador do mercado de capitais daquele País (CARVALHO, 2015).

Na ocasião, os funcionários públicos brasileiros forneceram informações às autoridades estadunidenses da *Securities and Exchange Commission* acerca da Petrobras. O órgão apurava supostas violações de funcionários da empresa brasileira ao “Ato de Práticas Corruptas Estrangeiras”, um instrumento utilizado para perpetrar ações judiciais contra empresas de outros países.

Em março de 2018, essa cooperação internacional para desestabilizar o governo brasileiro, por meio do aparato técnico-jurídico, ficou mais clara quando “um vídeo divulgado pela defesa de Lula confirmou que os Estados Unidos ajudaram a Lava Jato na ‘construção de casos’ que atingiram políticos, agentes públicos, executivos e as grandes empreiteiras brasileiras”<sup>10</sup> (ALVES, 2018).

No vídeo, gravado em julho de 2017, em evento organizado pela *Atlantic Council*, uma organização do *big business* estadunidense em torno da OTAN, isto é, uma união do *big business* com as Forças Armadas Americanas, o então vice procurador geral adjunto do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ), Kenet Blanco, revelou o *modus operandi* da cooperação entre procuradores públicos do Brasil e dos EUA.

A cooperação consistiu na troca de informações entre os Ministérios Públicos dos dois países de modo informal e ilegal, já que a cooperação era feita à margem do Ministério da Justiça, órgão

---

<sup>10</sup> O vídeo pode ser acessado no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=tbPLM5onjLk>. Acesso em: 01 de nov. de 2018.

responsável por encaminhar os pedidos de cooperação internacional (ALVES, 2018).

Chama-nos atenção quando o próprio Blanco revela no vídeo que a cooperação entre os ministérios públicos não se baseia em tratados internacionais, mas em algo que ele denomina como “confiança” (sic) e que, no caso brasileiro, configura-se um procedimento ilegal, visto que qualquer acordo de cooperação do judiciário brasileiro com o judiciário estrangeiro só pode ser validado pelo Ministério da Justiça, o que que não ocorreu. De acordo com o Blanco:

[...] Tal confiança [sic.] [...] permite que promotores e agentes tenham comunicação direta quanto às provas. Dado o relacionamento íntimo entre o Departamento de Justiça [dos EUA] e os promotores brasileiros, não dependemos apenas de procedimentos oficiais como tratados de assistência jurídica mútua, que geralmente levam tempo e recursos consideráveis para serem escritos, traduzidos, transmitidos oficialmente e respondidos (Transcrição do vídeo pelo Portal de Notícias GGN, ALVES, 2018).

O que Blanco revela no vídeo do começo ao fim é a operação pautada no arbítrio e à margem das leis brasileiras vigentes. Uma demonstração de como segmentos da classe média brasileira que tomam assento nas instituições de poder – à serviço da elite econômica do País – se articulam com agentes de Estado dos EUA colocando em risco não só nossas empresas e nossas instituições, mas nossa segurança e soberania nacionais.

Suspeita-se que o Juiz Sérgio Moro – que conduz a operação Lava Jato – recebeu treinamento da inteligência estadunidense para conduzir as investigações e desenvolver o aparato técnico-jurídico, apoiado numa narrativa meticulosamente forjada, para

desestabilizar o sistema político brasileiro e desmontar grandes empresas nacionais.

A quebra do sigilo telefônico da Presidente Dilma Rousseff – ainda em exercício de seu mandato (o que configura crime) – e do Presidente Lula, para interceptação de uma conversa entre os dois, autorizada pelo Juiz Sérgio Moro, e a divulgação dos áudios por várias emissoras de canais abertos de televisão, mas, principalmente, pelo Jornal Nacional – jornal de maior audiência – sem que houvesse nada que os incriminasse, foi mais um exemplo, dentre tantos outros, dos procedimentos utilizados ao arrepio das leis e da própria Constituição para mobilizar os afetos irrefletidos dos brasileiros e, por conseguinte, desestabilizar o País e, posteriormente, efetivar o Golpe.

As notícias diárias no Jornal Nacional em tom dramático induziam a audiência à condenação do Partido dos Trabalhadores, sem que essa mesma audiência compreendesse o complexo jogo de relações e interesses em curso. Abriu-se caminho para indignação seletiva de parte expressiva da sociedade que, confusa, com informações distorcidas e manipuladas, apoiou o impedimento da Presidente Dilma e a prisão do Presidente Lula.

O próprio processo de *impeachment* foi conduzido e apoiado por uma massa de políticos comprovadamente envolvida em escândalos de corrupção, como o próprio vice-presidente à época, Michel Temer, que traiu a Presidente Dilma. Houve uma aliança entre o Executivo, uma expressiva parte do Parlamento e o Judiciário brasileiros para darem continuidade ao processo fraudulento de *impeachment*.

Mas o que aqui destacamos é o papel subserviente desses Poderes ao Governo dos Estados Unidos e aos interesses das

corporações do Petróleo e de outras empresas estrangeiras. Por outro lado, uma subserviência à elite econômica nacional.

É preciso atentar para o caráter geopolítico desse processo. Como é mais custoso – do ponto de vista da aderência social – instituir um golpe por meio das armas, como no passado, torna-se mais “simples”, “eficaz” e menos custoso, tanto do ponto de vista político, como econômico, atacar um governo por meio dos aparatos técnico-jurídicos, implodindo instituições nacionais, como o BNDES, e desmontando empresas privadas estratégicas ao desenvolvimento nacional – como no caso da Odebrecht – e a nossa principal empresa estatal, a Petrobras.

Esse aparato técnico-jurídico é apenas uma parte da tecnoesfera montada e acionada para perpetrar o Golpe. Essa parte corresponde a uma superestrutura ligada aos aparelhos de Estado. Técnicas extremamente complexas que dizem respeito aos procedimentos necessários para justificar as ações em torno do Golpe.

Outra parte da tecnoesfera necessária à Geopolítica do Golpe diz respeito às tecnologias da informação de uso banal, destacando-se os aparelhos celulares e os computadores onde se registra uma série de informações a respeito das pessoas e de si mesmo. Essas informações são capturadas e transformadas em dados a partir de um complexo sistema de engenharia algorítmica, que serve, dentre outras coisas, para que empresas de comunicação e publicidade utilizem esses dados e tenham acesso aos nossos hábitos, gostos, desejos etc.

Atualmente, há empresas especializadas na captura e tratamento desses dados individuais que são, posteriormente, categorizados no chamado *Big Data* e utilizados para fins políticos, a

partir da capacidade – por parte de quem detém os dados e as informações sobre indivíduos classificados e categorizados – para direcionar uma propaganda e um discurso meticulosamente construído em função dos gostos e ideias preconcebidas dos sujeitos, fazendo-os aderir mais facilmente aos objetivos políticos – nem sempre, para não dizer nunca honroso – de quem difunde a informação.

Um exemplo de empresa que atua nesse ramo é a *Cambridge Analytica*, que ficou conhecida em março de 2018 após ser descoberta a suposta relação com o *Facebook* para a captura e utilização de informações dos perfis de milhões de pessoas ao redor do mundo e que, munida dessas informações, produziu propagandas que facilmente apelavam para os aspectos afetivos dos sujeitos em torno de uma dada questão, alterando, por exemplo, os resultados de eleições presidenciais, inclusive no caso do Brasil, nas eleições de 2018 para Presidente da República<sup>11</sup>.

Já se sabe como o então candidato à presidência da República – Jair Bolsonaro –, empresários que o apoiavam e outros agentes utilizaram o *Facebook* e o *WhatsApp* para difusão das chamadas *Fake News*, corroborando para a sua vitória em detrimento de Fernando Haddad (do PT), um caso, dentre outros ao redor do mundo, que expressa concretamente o fenômeno da Pós-Verdade<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Sobre o *modus operandi* da Cambridge Analytica e como essa empresa utiliza os dados de milhões de indivíduos para manipular processos democráticos em vários países do mundo, Cf. Concordia (2018); Zaruty (2018); Huchon (2018); João de Tal (2018).

<sup>12</sup> Em 2016, O dicionário Oxford elegeu o termo *post-truth* (“pós-verdade”) como a palavra do ano. Esse termo tem sido utilizado para definir “circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais” (FÁBIO, 2016).

Criou-se uma máquina de produção de notícias falsas – as chamadas *Fake News* – para que uma significativa parcela da sociedade brasileira aceitasse – sem conseguir refletir mediante o bombardeio de informações – um projeto desastroso do ponto de vista da inclusão social e da soberania nacionais que tende não só a reduzir o papel e relevância do Brasil frente às dinâmicas da geopolítica mundial atuais, mas tornar nosso território vulnerável à voracidade dos capitais e interesses estrangeiros em detrimento do bem-estar de nossa população.

Como funcionam esses complexos sistemas técnicos e as respectivas empresas que os operam, quem são os agentes que os financiam e as demais empresas e governos que os utilizam, quais são e como são utilizadas essas informações e com quais finalidades, quais as implicações nos arranjos políticos, sociais, econômicos e culturais de cada formação socioespacial são algumas questões que se impõem nesse século XXI para compreensão das novas relações entre Estado-sociedade, bem como das relações interestatais, ou seja, para compreensão dessa nova geopolítica mundial onde o campo da ação se desloca e se desenrola cada vez mais no seio das redes sociotécnicas.

Podemos considerar que essa tecnoesfera – muito mais complexa do que o que expomos aqui e que precisa ser mais bem mapeada e compreendida – consiste em apenas algumas das dimensões técnicas, científicas e informacionais do Golpe de 2016.

### **A Psicoesfera do Golpe**

De nada adiantaria montar uma estrutura técnica para a implementação do Golpe se, paralelamente, não fosse

construído um discurso e uma narrativa para sensibilizar e convencer a sociedade brasileira em torno do evento em questão.

Na verdade, não foi só um discurso e só uma narrativa que entraram em circulação, mas vários. E todos eles cumpriram um papel importante no sentido de *(des)(in)formar* o pensamento dos brasileiros por meio da mobilização de afetos (SAFATLE, 2014), fazendo com que amplos setores e segmentos da sociedade apoiassem e conferissem legitimidade ao Golpe.

O discurso que entrou em circulação pelos meios de comunicação foi, dentre outros, o do problema da corrupção centrada somente no Estado e da vinculação – deliberadamente equivocada – dos problemas sociais brasileiros a essa suposta corrupção estatal; e, depois, o discurso de criminalização da política, dos políticos e do Partido dos Trabalhadores, com destaque para os discursos que buscam deslegitimar as políticas públicas sociais, isto é, aquelas políticas dirigidas às regiões mais pobres com suas massas também de gente pobre que demanda pelos recursos e serviços do Estado.

A vinculação automática e irrefletida dos problemas sociais à corrupção do Estado é um equívoco, mesmo porque esta noção de corrupção é extremamente vaga e quando o discurso da corrupção no campo da política é utilizado para mobilização de determinados afetos, esse discurso pode tornar-se mais um instrumento de aniquilação do outro (opositor nas disputas políticas) do que um instrumento que por si só garanta

a superação do que quer que seja que se chame de corrupção, como a experiência brasileira tem demonstrado.

Poderíamos dizer, ainda, que a verdadeira corrupção como aquela responsável pelos desequilíbrios sociais e territoriais do Brasil se encontra mais nas nossas elites econômicas, aquelas que efetivamente exercem o poder no País, do que no Estado. Entre um projeto inclusivo e um projeto exclusivo, nossa elite econômica decide por este último, como Souza (2015, 2016a) argumenta e explica.

O ódio ou o desprezo ao pobre, ao negro, ao índio e outras minorias fazem parte da nossa triste formação social. Já tratamos disso anteriormente. Como esses sentimentos não “podem” deliberadamente ser enunciados contra o Outro – porque há os freios da cultura que os impede, apesar desses sentimentos se manifestarem no cotidiano por meio de inúmeras práticas sociais excludentes, e, também, porque tais sentimentos alojam-se no campo do inconsciente –, seria preciso encontrar um objeto de representação desses sentimentos para que o ódio para esse objeto pudesse ser canalizado.

Um objeto que representa os pobres, que os enuncia, que dá visibilidade aquilo que se quer oculto e invisível, foi justamente o Partido dos Trabalhadores – principalmente a figura do Presidente Lula – e todos os demais movimentos sociais que agregam esse conjunto de pessoas que dão visibilidade aquilo que se quer oculto e esquecido na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o discurso posto em circulação não foi o da necessidade de combate à pobreza, mas o de combate à corrupção, apenas um pretexto para se combater, na verdade, aquele Partido que, por meio do Estado, criou mecanismos importantes para enfrentamento das desigualdades, da injustiça social e da pobreza.

Encontrou-se, pois, a fórmula para sustar o projeto inclusivo de País. Combater não a pobreza, tampouco a corrupção. Melhor seria combater aquilo que revela o que se quer oculto – inclusive a própria corrupção –, combater aquilo que enuncia e tem condições de enfrentar o problema: o Partido dos Trabalhadores, sobretudo na figura do Presidente Lula.

Munidos dessa informação sensível a respeito da “psicologia do brasileiro”, estavam dadas as condições sociais para induzir segmentos da classe média a legitimarem o Golpe.

Para a elite dos endinheirados e para as corporações estrangeiras, as desigualdades sociais e territoriais e as questões relacionadas aos direitos humanos, trabalhistas etc. lhes são indiferentes. A preocupação das elites e das corporações econômicas é com os canais a serem mantidos, renovados ou criados para drenar os recursos da sociedade e do Estado para os seus bolsos<sup>13</sup>. Acabar com os direitos trabalhistas, cortar os gastos/investimentos com políticas públicas, ameaçar as aposentadorias futuras etc. são apenas

---

<sup>13</sup> Como bem nos lembra Souza (2016a, p. 80), “herdamos da escravidão também o cinismo e a indiferença. A postura de nossos endinheirados, que reflete essa indiferença, é mais ou menos a seguinte: ‘Desde que o dinheiro entre em meu bolso, pouco me importa o arranjo social que torna isso possível’”.

detalhes relacionados aos meios para os endinheirados atingirem seus objetivos.

Mas se a massa de pobres é indiferente para a elite e para as corporações, não o são para segmentos da classe média. Com a ascensão de uma classe trabalhadora e com o acesso dessa classe às universidades e ao consumo, segmentos da classe média se sentiram ameaçados no campo da competitividade pela distinção social (SOUZA, 2016a). Em outros termos, viram ameaçados seus privilégios, já que teriam que concorrer, por exemplo, às vagas das universidades e dos concursos públicos ao lado dos historicamente excluídos.

### **Os nexos entre os fatores internos e os fatores externos para implementação do Golpe de 2016**

Munidos desse dado concreto, as elites nacionais aliadas a grupos de interesses estrangeiros, interessados na desestabilização da política brasileira, aproveitaram-se para estimular e mobilizar os afetos relacionados ao ódio e ao desprezo aos pobres secularmente alimentados na sociedade brasileira, potencializando o medo de que muitos da classe média têm, que é o de perderem seus privilégios reproduzidos graças ao capital cultural adquirido e transmitido de geração em geração – distinção importante em relação às demais classes de trabalhadores precarizados que não contam nem com o capital econômico, tampouco com o capital cultural; este último, fundamental à ascensão e inserção nas atividades modernas capitalistas (SOUZA, 2015, 2016a).

Digamos que é aqui que os fatores internos relacionados à formação socioespacial brasileira se articulam com os fatores externos relacionados à atual geopolítica.

Os meios de comunicação tradicionais e as empresas de comunicação e de tratamento de dados que operam com as novas tecnologias da informação se apoiaram nas bases técnicas e fizeram circular um tipo de discurso que mobilizou os afetos de amplos segmentos da classe média brasileira para dar sustentação ao Golpe.

A elite econômica nacional – sem projeto de país e pensando somente como no curtíssimo prazo poderá ganhar mais dinheiro (SOUZA, 2016a) – potencializou o medo e o ódio das classes médias em torno das políticas sociais do PT. Ao mesmo tempo, esse projeto inclusivo do PT representou uma ameaça aos interesses estrangeiros, pois, para efetivar a integração social por meio de políticas públicas como a expansão de universidades, do SUS etc., seria preciso cuidar dos recursos territoriais necessários ao financiamento desse projeto de longo prazo, bem como protegê-los.

Obviamente, essa proteção de nossas riquezas consistiria em um constrangimento à livre atuação das empresas estrangeiras em território nacional e à ampla exploração de nossos recursos sem contrapartidas sociais. E, do ponto de vista geopolítico, representa uma ameaça ao poder hegemônico dos EUA.

Esses agentes e agências internos e externos precisam ser mais bem identificados, reconhecidos e ter sua rede de relações e envolvimento devidamente mapeada. Quem se relaciona com quem, com quais funções e atribuições na ampla trama do Golpe político-institucional em curso no Brasil?

É preciso considerar que o Golpe de 2016 é apenas uma manifestação de um movimento mais amplo em âmbito global que

diz respeito ao reposicionamento forçado dos países periféricos em uma nova (na verdade, uma atualização da velha) divisão internacional do trabalho, isto é, diz respeito à trama de relações que envolvem, por um lado, uma nova etapa do capitalismo comandado pelas finanças e, por outro lado, a luta pela manutenção da hegemonia dos países do centro do sistema capitalista para garantia da reprodução desse sistema em escala planetária.

Nesse sentido, o Golpe de 2016 é uma das faces da atual geopolítica mundial que se utiliza de novas técnicas e tecnologias para manutenção dos projetos de poder político e econômico dos EUA e de corporações sediadas em países centrais.

Uma dessas novas técnicas e tecnologias diz respeito à chamada Guerra Não Convencional (*Unconventional Warfare – UW*) tratada de modo empírico por Korybko (2015), por meio do que ele denominou de guerras híbridas.

É uma das descrições de Guerra Não Convencional, apresentada por Petit (2012) e reproduzida por Korybko (2015), que nos interessa:

A Guerra Não Convencional não acontece sozinha e espontaneamente; em vez disso, ela é a continuação de um conflito já existente na sociedade, e a função da Guerra Não Convencional é ajudar um movimento contra o governo atuando dentro desse conflito a derrubar as autoridades (PETIT, 2012 *apud* KORYBKO, 2015, p. 58).

A partir dessa descrição, Korybko desenvolve a noção de Guerra Híbrida levantando a hipótese de que “o conflito preexistente em questão é uma Revolução Colorida [como a Primavera Árabe ou, no caso do Brasil, as manifestações que tiveram início em junho de 2013, em São Paulo, e se espalharam para várias cidades do País]”, sendo essa Revolução Colorida “fabricada externamente e que a Guerra Não Convencional pode ser iniciada secretamente quase que

imediatamente após o início da Revolução Colorida para atuar como um multiplicador de forças”. E acrescenta: “a campanha de uma Guerra Não Convencional cresce em intensidade até que o governo alvo seja derrubado” (KORYBKO, 2015, p. 58).

De acordo com Korybko (ibid., p. 6), a Guerra Híbrida seria o resultado de uma articulação entre as chamadas Revoluções Coloridas e a Guerra Não Convencional, podendo ser considerada como o “novo método de guerra indireta [...] perpetrado pelos EUA”.

Diríamos que as Revoluções Coloridas estariam ligadas aos fatores internos de um País; enquanto que a Guerra Não Convencional estaria ligada aos fatores externos, e a combinação desses dois movimentos ou desses dois processos responderiam, em cada formação socioespacial, por uma dada ruptura de processo histórico; no caso do Brasil, explicaria muito do Golpe de 2016.

A partir das noções de Revoluções Coloridas, de Guerra Não Convencional e de Guerra Híbrida tratadas por Korybko, poderíamos encontrar os nexos entre os fatores internos e externos que dariam forma e conteúdo ao Golpe de 2016.

As manifestações de junho de 2013 – o que corresponderia a nossa “revolução colorida” – teriam servido de ponto de partida para tensionar os conflitos sociais brasileiros e então perpetrar a Guerra Não Convencional com vistas a derrubada do Governo, isto é, com vistas a implementação do Golpe.

Obviamente, as manifestações de junho de 2013 não podem ser compreendidas nem justificadas tão somente a partir de uma suposta confabulação externa capaz de induzir uma massa de pessoas a irem às ruas protestarem – mesmo que de forma difusa – contra o que quer que seja.

As manifestações de 2013 possuem causas bem mais profundas, relacionadas à nossa formação socioespacial, já apontadas neste ensaio e já amplamente expostas por Souza (2015, 2016a), dentre outros intelectuais que buscam compreender tal evento em um contexto histórico mais amplo. No entanto, é preciso atentar para o fato de que as manifestações de 2013 foram a oportunidade encontrada pelos agentes externos para influírem na derrubada da Presidente Dilma Rousseff e apoiar a instalação de um governo ilegítimo – no caso de Michel Temer –; um governo alinhado com as intenções geopolíticas estadunidenses e, principalmente, com os interesses das corporações estrangeiras em relação à exploração dos recursos brasileiros.

Isso só foi possível mediante as condições dadas para que os agentes internos (a elite econômica e parte da casta jurídica a serviço dessa elite) articulados aos agentes externos pudessem manipular parte da sociedade brasileira para transitar das manifestações de Junho de 2003 (nossa versão de “revolução colorida”) para a chamada Guerra Não Convencional.

O próprio Korybko (2018) afirma que o que os agentes externos fazem para transitar gradualmente das Revoluções Coloridas para a Guerra Não Convencional é simplesmente explorar as “diferenças históricas, étnicas, religiosas, socioeconômicas e geográficas em países de importância geopolítica” tendo como objetivo “desestabilizar, controlar ou influenciar projetos de infraestrutura multipolares por meio do enfraquecimento do regime, troca do regime ou reorganização do regime”.

No caso do Brasil, tratou-se de uma reorganização do regime, passando de um governo promotor de políticas públicas sociais, com um projeto e políticas econômicas, com vistas à inclusão

social para um governo fortemente neoliberal, antissocial, entreguista e com vistas à reprodução e ampliação das injustiças sociais.

As nossas diferenças históricas (étnicas, socioeconômicas, geográficas etc.) traduzidas na nossa luta de classes – uma luta de classes com um viés muito mais escravocrata do que uma luta de classes tradicional típica de um capitalismo moderno – foram um dos pontos sensíveis bem explorados por grupos de ultradireita como o Movimento Brasil Livre (MBL) e tantas outras “lideranças” advindas de segmentos das classes médias que passaram a orientar às manifestações e protestos que se estenderam por todo o País contra o PT.

Se nos países árabes e também na Ucrânia a Guerra Não Convencional se desenvolveu “a partir de uma revolução colorida [...] com a justificativa da ‘luta pela libertação democrática’, como é habitualmente retratado de maneira enganosa pela mídia ocidental” (KORYBKO, 2015, p. 58), no caso do Brasil, a justificativa para nossa “revolução colorida” foi o combate à corrupção, discurso também difundido de maneira enganosa pela nossa mídia tradicional, mas com significativo “impacto” sobre os afetos dos brasileiros que associaram, automaticamente e sem reflexão, os problemas sociais do País ao problema da corrupção encarnada somente no PT.

É preciso sempre lembrar que para segmentos da classe média e para as elites brasileiras o problema não é nem a desigualdade nem a injustiça social, tampouco a corrupção. O problema para esses agentes é o rompimento do pacto político que mantém privilégios e que garante a permanente reprodução do projeto exclusivo de País por meio da concentração dos capitais econômicos, culturais e sociais, como insiste Souza (2016a).

Também tivemos nossos “atores desvinculados do Estado” e que deram um tom mais “apartidário” ao suposto combate à corrupção, fato fundamental para que amplos segmentos das classes médias, também desvinculados das lutas sociais e político-partidárias históricas, pudessem aderir e apoiar o Golpe.

Como nos lembra Escobar (2018), para que a Guerra Híbrida obtenha êxito, isto é, possa evoluir das “revoluções coloridas” para a Guerra Não Convencional, é fundamental a aderência de uma “classe média não engajada [do ponto de vista das lutas sociais e das lutas políticas históricas]” de forma que “esses não engajados tornem-se, mais cedo ou mais tarde, contrários a seus líderes políticos”.

O que nos cabe, portanto, é identificar, além da base técnica utilizada para o Golpe, os discursos e as imagens veiculados por meio da propaganda, nesses casos, tanto os discursos técnicos – sobretudo de caráter jurídico – como os discursos políticos capazes de mobilizar determinados afetos, isto é, capazes de estimular determinadas emoções como indignação, revolta, ódio etc.

Nesse sentido, a um discurso/propaganda contra o projeto inclusivo de País corresponde um discurso/propaganda a favor do projeto exclusivo de País, e mais, corresponde a uma estratégia geopolítica favorável aos interesses políticos, militares e econômicos estrangeiros.

O ataque às políticas públicas do PT e o discurso contra o Estado brasileiro, contra as estatais e contra grandes empresas nacionais só serviram para reforçar a ideologia neoliberal que apregoa a redução do Estado, as privatizações e entrega dos recursos nacionais às corporações estrangeiras.

De um golpe só, fizemos prevalecer os interesses da elite econômica nacional e, ao mesmo tempo, retomamos nosso papel

subalterno na divisão internacional do trabalho oferecendo nosso território como recurso a ser explorado por outras nações em detrimento da nossa. Também reduzimos nosso papel protagonista na geopolítica mundial. Abandonamos um projeto de integração interna e externa com vistas a uma cooperação internacional no sentido de auxiliar os países subdesenvolvidos para que nos inseríssemos, todos, de uma forma mais equilibrada e justa no processo de globalização.

Infelizmente, no momento atual, assistimos a uma história que se repete como farsa e como tragédia.

### **Referências bibliográficas**

ALVES, C. Em vídeo, procurador dos EUA admite parceria informal com a Lava Jato. *GGN*, publicado em: 17 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2KIjGVq>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CARVALHO, J. de. Janot e procuradores de força-tarefa viajam aos EUA para pedir apoio em investigação da Petrobras. *O Globo*, publicado em: 06 fev. 2015. Disponível em: <https://glo.bo/2VfHC85>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CONCORDIA. **Cambridge Analytica: The Power of Big Data and Psychographics**, 27 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2VbjsLY>. Acesso em: 17 out. 2018.

ESCOBAR, P. O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida. *Outras Palavras*, publicado em: 30 mar. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2R0v06j>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FÁBIO, A. C. O que é ‘pós-verdade’, a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford. *Nexo Jornal*, publicado em: 16 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2gecAcC>. Acesso em: 15 nov. 2018.

GEORGES, R. *País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras – 2018*. Oxfam Brasil, 26 nov. 2018.

HUCHON, T. *Driblando a democracia: como Trump venceu*. Ogum Filmes, 2018.

JOÃO DE TAL. *Cambridge Analytica e Bolsonaro: O Brasil está sendo manipulado*, publicado em: 14 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2q1V4ON>. Acesso em: 17 out. 2018.

KORYBKO, A. Agentes externos provocaram uma “guerra híbrida” no Brasil, diz escritor. *Brasil de Fato*, publicado em: 19 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2CFIImj>. Acesso em: 9 nov. 2018.

KORYBKO, A. *Guerras Híbridas: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime*. Moscou: Projeto do Institute for Strategic Studies and Predictions PFUR, 2015.

NOBRE, C. E. *Usos do território no Brasil: articulações federativas para implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de São Paulo*. Campinas, 2018, 286f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2018.

PETIT, L. C. B. *Social Media and UW*. U.S Army John F. Kennedy Special Warfare Center and School, 1 de abril de 2012.

RIBEIRO, A. C. T. Presentificação, impulsos globais e espaço urbano: o novo economicismo. In \_\_\_\_\_. *Por uma Sociologia do Presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a. v. 5, p. 179-190.

RIBEIRO, A. C. T. *Teorias da ação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SAFATLE, V. Uma política dos afetos. *Folha de S.Paulo*, publicado em: 07 jan. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2BLAZBJ>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. SANTOS, M. (Org.). *Espaço & Sociedade: ensaios*. Vozes, Petrópolis, 1979, p. 9-27.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012 [2001].

SERAFINI, Mariana. Em menos de uma década, três golpes na América Latina. *Portal Vermelho*, publicado em 11 mai. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Q93a2v>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SILVA, F. A. da. *A pobreza na Região Canavieira de Alagoas no século XXI: do Programa Bolsa Família à dinâmica dos circuitos da economia urbana*. Campinas, 2017, 321f. Tese (doutorado em

Geografia), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2017.

SOUZA, J. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016a.

SOUZA, J. *A ralé brasileira*. 3. ed. [s.l.], Belo Horizonte: UFMG, 2016b.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

WALLERSTEIN, I. *O Fim do Mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Tradução Renato Aguiar. 1. ed. [s.l.], Editora Revan, 2002.

ZARUTY, Livia. *Você está sendo manipulado: Bolsonaro no WhatsApp*, publicado em: 14 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2CGRnoD>. Acesso em: 17 out. 2018.

Submetido em: 30 de dezembro de 2018.

Devolvido em: 27 de março de 2019.

Aprovado em: 10 de abril de 2019.